

RELATÓRIO E CONTAS

Exercício de 2015



FINCOR - SOCIEDADE CORRETORA, S.A.

ÍNDICE

1.	ÓRGÃOS SOCIAIS	3
2.	ACTIVIDADE EM 2015.....	4
	2.1 EVOLUÇÃO DOS MERCADOS.....	4
	2.2 PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS.....	7
	2.3 SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA	10
	2.4 NOTAS FINAIS	11
	2.5 PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	12
3.	ANEXOS	13
	ANEXO I - DECLARAÇÃO DE POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO	13
	ANEXO II - POSIÇÃO ACCIONISTA DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO.....	15
	ANEXO III - PARTICIPAÇÕES DE ACCIONISTAS, NOS TERMOS DO ARTIGO 448º DO CÓDIGO DAS SOCIEDADES COMERCIAIS.....	16
	ANEXO IV- DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DAS CONTAS E DE FISCALIZAÇÃO E AUDITORIA.....	16

1. ÓRGÃOS SOCIAIS

Mesa da Assembleia Geral

Luís de Gouveia Fernandes	Presidente
Ana Leonor do Carmo Carlos Monteiro	Secretário

Conselho de Administração

Gonçalo França de Castro Pereira Coutinho	Presidente
João Manuel Pereira de Lima Freitas e Costa	Vogal
Carla Andreia Duarte Silva	Vogal

Fiscal Único

Efectivo:

OLIVEIRA, REIS & ASSOCIADOS, SROC, LDA, com sede na Av. da Liberdade, nº 245 – 8º A, B e C, 1250 - 143 Lisboa, inscrita na OROC sob o nº 23 e na CMVM sob o nº 329, representada por Dr. Carlos Manuel Grenha, ROC nº 1266, com domicílio na Av. da Liberdade, nº 245 – 8º A, B e C, 1250 - 143 Lisboa;

Suplente:

Dr. CARLOS ALBERTO DOMINGUES FERRAZ, ROC nº 362, com domicílio na Av. da Liberdade, nº 245 – 8º A, B e C, 1250 - 143 Lisboa;

2. ACTIVIDADE EM 2015

2.1 EVOLUÇÃO DOS MERCADOS

Na Zona Euro, 2015 representou o segundo ano consecutivo de expansão...

Na Zona Euro, 2015 deverá ter marcado o segundo ano consecutivo de expansão económica desde a recessão de 2012/13. De acordo com o Relatório de Outono da Comissão Europeia, a economia da Zona Euro deverá ter registado um crescimento de 1,6%, uma aceleração face ao ritmo observado no ano anterior (0,9%). Esta evolução mais favorável da economia da região foi, essencialmente, explicada pelo comportamento da procura interna, beneficiando de um enquadramento de baixas taxas de juro (em virtude da política monetária do Banco Central Europeu), baixa inflação, baixo preço do petróleo (ambos suportando os rendimentos reais disponíveis das famílias), menor ritmo de consolidação fiscal e gradual recuperação do mercado de trabalho.

... com sinais positivos na Península Ibérica...

O ano deverá ter sido de crescimento para a generalidade dos países da região, com a exceção da Grécia. Neste país, o governo liderado pelo Syriza implementa o terceiro programa de assistência financeira. Com o Fundo Monetário Internacional ainda à margem do programa, um novo acordo quanto à reestruturação do serviço de dívida do país é esperado para 2016. No que se refere à Península Ibérica, Portugal deverá ter registado um ritmo de crescimento em linha com a média da Zona Euro, enquanto a Espanha apresentou um dos mais elevados ritmos de crescimento na região, beneficiando de uma robusta procura interna.

... beneficiando da evolução da procura interna...

Em Portugal, o principal contributo para o crescimento do país foi a procura interna, fruto da recuperação do mercado de trabalho, traduzindo-se num aumento das importações que penalizou o contributo das exportações líquidas. Os indicadores de sentimento do INE, Banco de Portugal e Comissão Europeia apontam para uma estabilização no ritmo de expansão da atividade económica em Portugal, após a aceleração observada de 2014 para 2015. A execução orçamental continuou a beneficiar da recuperação cíclica da economia.

As previsões do Boletim Económico do Banco de Portugal de dezembro de 2015 apontam para a continuação da recuperação gradual da economia nacional em 2016 (com um crescimento de 1,7%), suportado por um enquadramento favorável na Zona Euro, com uma ligeira aceleração da inflação (1,1%, após 0,6% em 2015) e a manutenção de um saldo positivo para a balança de bens e serviços próximo do observado em 2015. De qualquer forma, o ritmo de recuperação da economia Portuguesa continua a ser relativamente moderado, principalmente tendo em conta a severidade da contração registada nos últimos anos. Tal comportamento será provavelmente explicado pela necessidade de continuar o ajustamento dos balanços dos vários agentes económicos, públicos e privados, após a crise financeira internacional e a crise das dívidas soberanas na Zona do Euro, fruto dos elevados níveis de endividamento que ambos apresentavam.

... com a ação do Banco Central Europeu a continuar a ser decisiva, num enquadramento volátil em termos políticos

Nesse sentido, a ação do Banco Central Europeu voltou a revelar-se decisiva, através de uma política monetária expansionista, ao permitir condições benignas de financiamento externo, assim como o suporte de um Euro fraco para o setor exportador doméstico. Contudo, a economia Portuguesa continua a enfrentar um conjunto de importantes desafios (baixa produtividade, elevada taxa de desemprego, baixo ritmo de crescimento económico,

elevados níveis de endividamento público e privado), que mantém o país particularmente sensível a choques externos ou a uma deterioração das condições de financiamento nos mercados internacionais.

O ano de 2015 terminou com uma nova ameaça à coesão da União Europeia, com a crise dos refugiados da Síria. Com as consequências ainda por serem conhecidas, a significativa dimensão desta crise e a resposta que tem sido dada provocou já uma importante redução dos níveis de popularidade da Chanceler Angela Merkel, no momento em que a governante Alemã exerce o seu terceiro mandato. Adicionalmente, o enquadramento político Europeu permaneceu bastante volátil, com a subida na votação em partidos mais afastados do centro como as eleições realizadas em 2015 em Espanha, Portugal, Grécia ou Finlândia demonstraram.

A economia dos EUA entregou o sexto ano consecutivo de expansão no atual ciclo económico...

Nos EUA, 2015 marcou o sexto ano de crescimento económico nos EUA, apoiado na procura interna e na continuação da recuperação do mercado de trabalho (taxa de desemprego de 5% no final do ano). Segundo o relatório do Fundo Monetário Internacional de outubro de 2015, a economia terá registado um crescimento de 2,6%, após 2,4% no ano anterior, acima da taxa de crescimento que a mesma instituição estima para o conjunto dos países desenvolvidos para 2015 (2,0%).

... conduzindo o Comité de Política Monetária da Reserva Federal dos EUA a avançar com uma subida de 25 pontos de base na reunião de dezembro

Esta taxa de crescimento foi alcançada não obstante a fraqueza demonstrada pela área industrial da economia, fruto de um dólar forte e do impacto da queda na cotação do petróleo no setor da Energia dos EUA. Este último aspeto representa uma das principais incertezas para 2016, como é bem visível na rápida deterioração no mercado de crédito High Yield nos EUA com que terminou 2015. Como, aliás, será o impacto da decisão da Reserva Federal dos EUA de dar início ao ciclo de subida na sua principal taxa de juro, após ter sido colocada junto de zero na última recessão, confirmando não só um enquadramento de divergência entre a Reserva Federal dos EUA e outros importantes Bancos Centrais (nomeadamente face ao Banco Central Europeu e ao Banco do Japão), como um contexto diferente em termos de política monetária e o seu impacto nos mercados financeiros, face a observado nos últimos anos.

Fraco ritmo de expansão na área dos países em vias de desenvolvimento condicionou o ritmo de crescimento da economia global...

Um dos aspetos mais marcantes de 2015, foi o abrandamento observado na área dos países em vias de desenvolvimento, com importantes economias a registarem inclusivamente um ano de recessão como o Brasil (-3,7%, segundo o relatório do Banco Mundial de janeiro de 2016, num enquadramento de elevada inflação, enfraquecimento no mercado de trabalho, queda da moeda e deterioração no mercado de crédito) ou a Rússia (-3,8%, segundo o mesmo relatório, também num contexto de elevada inflação). Baixos preços das matérias-primas, deterioração nos termos de troca, um fortalecimento do dólar (provocando saídas de capitais destes países) e redução no ritmo de crescimento do crédito doméstico provocaram um enquadramento desfavorável para esta área da economia global. Segundo o relatório de outubro de 2015 do Fundo Monetário Internacional, os países em vias de desenvolvimento, no seu todo, terão registado um crescimento de 4,0% em 2015, um significativo abrandamento face a 2014 (4,6%). Particularmente importante e com consequências que provavelmente só serão bem visíveis em 2016 continua a ser a rápida desvalorização observada nas moedas de alguns desses países, como o México, o Brasil, a Rússia ou a África do Sul, criando receios de agravamento nas saídas de capital destes mesmos países, após vários anos de forte crescimento na concessão de crédito por parte do setor bancário local.

... com a China a manter-se no centro das atenções dos investidores

Para além das consequências criadas pela transição de regime na política monetária dos EUA e pela incapacidade demonstrada por estes países em vias de desenvolvimento em realizar as reformas estruturais necessárias, nomeadamente para fortalecer as suas procuras domésticas (e reduzir a dependência do ciclo das matérias-primas, num momento em que a economia da China continua a rebalancear para fora dessas áreas), a continuação da tendência de abrandamento no ritmo de crescimento na China (de 7,3% em 2014 para 6,9%, segundo o mesmo relatório do Banco Mundial) representou um importante condicionante para estes mesmos países.

A decisão das autoridades Chinesas de alterar as diretrizes da sua política cambial, passando a focar-se na evolução do Yuan Chinês face a um conjunto de moedas e permitindo uma desvalorização face ao dólar norte-americano, não só criou uma nova fonte de incerteza e volatilidade para os mercados financeiros na segunda metade de 2015, como representa uma das principais incógnitas em termos do seu impacto na área dos países em vias de desenvolvimento e para a economia global como um todo em 2016.

O processo de transição para um novo modelo de crescimento económico (deslocando a estrutura da sua economia da indústria para os serviços), o desenvolvimento de uma infraestrutura financeira mais robusta (incluindo no que se refere aos mercados financeiros locais) e a implementação de reformas estruturais por parte da China irão, por certo, continuar ao longo dos próximos anos. Contudo, neste momento, este processo parece estar a ter consequências deflacionistas que preocupam os investidores.

Adicionalmente, as autoridades Chinesas parecem ter sido complacentes criando condições para significativos excessos no mercado bolsista na primeira metade de 2015, cujos efeitos de contágio negativos ainda se fazem sentir no início de 2016 nas principais bolsas mundiais. Os fortes desafios que a China apresenta, nomeadamente um elevado endividamento, excesso da capacidade instalada na área industrial, desequilíbrios no mercado de habitação e deterioração das condições ambientais em algumas cidades, mostram que o país irá manter-se no centro das atenções também em 2016.

2015 acabou por ser um ano difícil para a generalidade das classes de ativos de risco

O ano de 2015 revelou-se bastante difícil para as principais classes de ativos de risco. Nas ações, o ano foi, em termos de retorno total (isto é, incluindo dividendos), ligeiramente positivo para o principal índice de ações dos EUA (S&P 500 +1,4%), refletindo uma deterioração dos fundamentais das empresas num enquadramento de dólar mais forte e sinais de inversão nas margens operacionais. A Zona Euro registou uma evolução mais favorável, que acabou, contudo, por ser anulada pela desvalorização da moeda, enquanto nos mercados emergentes o ano acabou por ser bastante negativo como resulta da observação da evolução do índice MSCI EM em dólares (-14,8%).

O enquadramento observado em 2015 foi extremamente negativo para a área das matérias-primas, com quedas fortes no cobre (-24,4%), WTI (-30,5%), Brent (-44,1%), Prata (-11,8%) e Ouro (-10,4%).

O ano foi de ganhos moderados na área da dívida de governos, também em termos de retorno total (EUA +0,8% e Zona Euro +1,6%, num enquadramento de política monetária expansionista por parte do Banco Central Europeu), embora na Zona Euro seja também necessário entrar em conta com a forte queda observada na moeda (-10,3% em 2015). Aliás, o índice do dólar DXY revelou uma subida de 10,3%, confirmando o enquadramento de subida da moeda norte-americana face à generalidade das moedas dos seus principais parceiros comerciais.

Finalmente, na área do crédito (em termos de retorno total), o ano foi também relativamente fraco na Europa e nos EUA. Destaque, pela negativa, para o mercado de High Yield nos EUA, traduzindo o impacto da queda na cotação do crude no setor da Energia, com um peso importante neste segmento do mercado de crédito.

2.2 PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS

2.2.1. - A Actividade da FINCOR

No exercício de 2015, a FINCOR, consolidou a sua posição como o maior operador de bolsa independente em Portugal e um dos principais do mercado em Portugal. A FINCOR opera nos principais mercados mundiais e nas principais classes de ativos, sendo membro da NYSE Euronext (Lisboa, Amsterdão, Bruxelas e Paris). Fruto do trabalho realizado junto de investidores institucionais nacionais e internacionais ao longo dos últimos anos a FINCOR tem mantido uma posição de referência no mercado financeiro português.

Em 2015, e num ano em que o valor das ordens sobre instrumentos financeiros recebidas pelos intermediários financeiros registados na CMVM caiu 37.7% face a igual período do ano, a FINCOR ocupou o 8.º lugar no ranking de valor de ordens recebidas em ações por intermediário financeiro, com uma quota de mercado de 4.5%. Constatou-se no ano transato uma redução da quota de mercado da FINCOR, situação normal num ano em que as quedas de volume foram significativas, facto que penaliza a independência da FINCOR. Num ano de algumas mudanças organizativas e onde foi repensado todo o negócio da FINCOR, os clientes continuaram a rever-se na sua proposta de valor que se alicerça na isenção e independência, eficiência e qualidade de execução.

Em compensação a FINCOR beneficiou dos esforços comerciais feitos em 2014 no segmento de operações de dívida pública e privada, conseguindo alcançar o 3º lugar do ranking do valor de ordens recebidas por intermediário financeiro, apenas superado pelo Novo Banco e InterMoney Valores. Embora tenha se verificado uma queda das ordens recebidas, em linha com a queda do volume do mercado como um todo, a verdade é que a FINCOR aumentou a sua quota de mercado de 2.8% para 6.6%. Este bom resultado em títulos de dívida pública ou privada apenas foi possível pela manutenção dos valores que tem permitido à FINCOR destacar-se no mercado de ações, nomeadamente, a isenção e independência, eficiência e qualidade de execução. Tal como no segmento acionista, os resultados obtidos mostram que a FINCOR voltou a conseguir sobrepôr-se a diversas entidades corretoras integradas em grupos bancários com redes de distribuição próprias, consolidando a sua posição no topo das operadoras em Portugal.

Adicionalmente à evolução da atividade, a FINCOR manteve o seu foco na continuidade das significativas alterações estruturais que permitem oferecer um serviço de maior qualidade e eficiência aos nossos clientes. Estas alterações implicaram uma mudança estrutural na atividade operacional e informática da corretora. A FINCOR conseguiu continuar a efetuar todas essas mudanças sem causar turbulência ou impacto significativo na qualidade de serviço prestado ao cliente. Dentro das alterações efetuadas e que merecem destaque, encontram-se:

- Consolidação da operativa com o banco depositário, liquidatário e de custódia, KAS Bank, e desenvolvimento da implementação do SWIFT, fundamental para a continuada modernização da operativa de envio de informação e sistema de comunicação da FINCOR.

- Finalização do Processo de Reconciliações e Conciliações através da estabilização da operativa diária; Revisão e Atualização dos Manuais e Políticas de Procedimentos;

- Início da Restruturação e Atualização dos documentos de Abertura de Conta; e Restruturação dos Preçários dos Clientes;

- Mudança de ligações informáticas e acesso a dados de mercado. Neste campo especialmente sensível na atividade da FINCOR, foram alteradas as ligações que nos garantem o acesso direto e mais rápido aos dados de mercado, encontrando-se a FINCOR, neste momento, ligada diretamente ao nosso fornecedor em Londres. Foi também iniciado o estudo de contratação de outro fornecedor de dados de mercado: Bats Chi-X e US de modo a fornecer à FINCOR, novos instrumentos de modo a aumentar a eficiência e qualidade de execução para os seus clientes.

2.2.2 - A Estratégia da FINCOR

Em 2015, a FINCOR continuou a implementar o plano de negócios delineado após a sua aquisição pelo Grupo Patris. A estratégia definida, assim como, a execução do plano de negócios, revelaram-se bem-sucedidos e com evidentes resultados para a corretora. Os clientes continuaram a reconhecer a excelência do serviço que a FINCOR procura constantemente oferecer, assente nos seguintes valores fundamentais: objetividade, independência, rigor e profissionalismo.

A FINCOR continuou a fomentar fortemente o seu esforço comercial, captando novos clientes, institucionais e particulares, ao longo do ano de 2015. Os clientes institucionais continuam a ter um peso muito grande no volume total de comissões da FINCOR e atualmente representam mais de 95% do volume de negócios, sendo os restantes cerca de 5% originados em particulares.

A consolidação do modelo de negócio da FINCOR como corretora independente deverá agora passar por uma recuperação da tendência de crescimento evidenciada entre 2012 e 2014, e que teve um retrocesso em 2015. Para tal será necessário focar os esforços em:

- Aumentar a eficiência dos recursos atuais, quer através da otimização dos mesmos, quer pela reorganização das equipas e dos *layouts* do *Front Office*.

- Melhorar o produto atual da FINCOR, através do aumento da equipa de *Research* e reorientação da mesma. A área de *research* da FINCOR tem se pautado por princípios que consideramos essenciais como a competência, independência e rigor. Esta área é composta por uma equipa de elementos que combinam: i) elementos com elevada experiência e conhecimento de mercados com ii) elementos mais jovens com elevado foco e vontade de aprender. Com esta equipa de profissionais iremos começar a produzir *research* diferenciado para institucionais e particulares, tendo sempre por objetivo a prestação de um serviço profissional e focado na geração de ideias independentes.

- Aumentar a base atual de clientes quer através do investimento na área de particulares com um novo responsável e reorganização de toda a equipa de comerciais, quer atrás do reatamento de contas adormecidas no segmento de clientes institucionais. Esta reorganização passará por elevar a qualidade do produto oferecido aos particulares e permitir à FINCOR crescer num segmento onde tem pouca expressão. Será lançada uma área reservada e um portal do investidor de modo a ir ao encontro dos requisitos e tendências do mercado. E em 2016 será equacionada o lançamento de uma plataforma transacional de investimentos online para este segmento de mercado.

- Identificação e renegociação regular de custos que permitem praticar preços competitivos que vão ao encontro das necessidades dos clientes e que facilitem o trabalho comercial desenvolvido;

Adicionalmente, a FINCOR efetuará esforços para dinamizar a sua atividade em novos canais e na negociação de outros instrumentos financeiros, nomeadamente, através do canal *online* e da negociação de CFD's para clientes particulares, onde se espera que em 2016 seja lançada uma nova geração da

plataforma de negociação de CFD's. A execução do plano estratégico de desenvolvimento da FINCOR passará sempre por:

- a) A dinamização da intermediação de ordens em Ações:
- b) O desenvolvimento da atividade em CFDs e em derivados:
- c) A introdução da negociação nos mercados de dívida pública e privada e
- d) O alargamento da negociação ao mercado cambial e a implementação do canal "online".

O investimento que foi feito no desenvolvimento de soluções de *front-office* e *back-office* para a negociação eletrónica e liquidação de transações de ações, procurando sempre obter os mais elevados padrões de funcionalidade e fiabilidade operacional, veio a traduzir-se em modernas e completas plataformas de negociação e controlo de risco operacional e financeiro.

2.2.3 - A Organização Interna da FINCOR

O ano de 2015 foi bastante desafiador e apenas a estrutura da FINCOR e o investimento feito em anos anteriores conseguiu dar alguma estabilidade, quer ao nível da segurança, quer ao nível de uma maior eficiência no tratamento das operações relacionadas com a atividade da FINCOR.

Para 2016 uma das maiores preocupações da administração continua a ser a integração e melhoria dos sistemas de negociação, visando sempre melhorar o nível de serviço prestado aos clientes. Os riscos com a segurança são também uma preocupação, tendo-se sempre atualizada e ajustada a política de contingência de forma a cumprir-se com os requisitos impostos pelas Entidades de Supervisão, mitigando os riscos da sociedade.

Os procedimentos e políticas da FINCOR, continuarão a ter uma atenção prioritária do dia a dia dos seus profissionais, no sentido de se ter uma linha orientadora de atuação nas diversas áreas que intervém na atividade da sociedade.

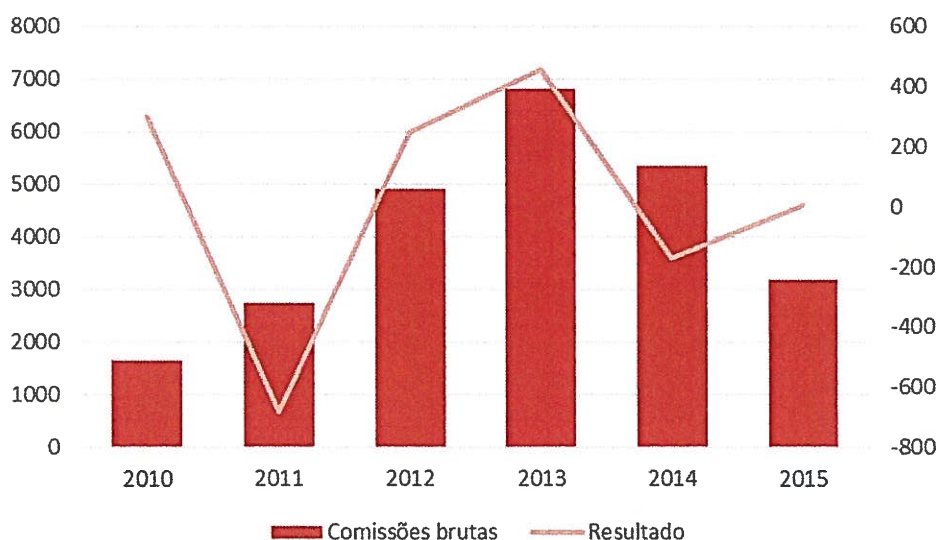
No que se refere aos parceiros de negócio, foi iniciado um estudo da eficiência financeira e requisitos e pressupostos da contratação dos mesmos, que levará no futuro a uma reorganização do modo como a FINCOR quer estar presente em todos os segmentos de negócio. A estrutura dos parceiros será fundamental para recuperar e normalizar a tendência de crescimento do passado, e olhar para o futuro com otimismo e responsabilidade.

2.3 SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA

Em 2015, a atividade da FINCOR sofreu uma redução para um valor de comissões brutas de 3.178 milhares de Euros e de comissões líquidas de 1.441 milhares de euros, o que reflete um decréscimo significativo relativamente ao exercício de 2014.

EVOLUÇÃO DA ACTIVIDADE

Evolução das Comissões Brutas e dos Resultados
(em milhares de euros)



Apesar dos investimentos operacionais, informáticos, do *site* e da plataforma de negociação de CFD's, os principais custos da sociedade foram inferiores aos registados em 2014, o que continua a evidenciar o cuidado da gestão em manter a eficiência operacional da sociedade.

O produto bancário aumentou em 2015 para 2.113 milhares de euros, tendo os resultados antes de impostos sido positivos em 139 mil euros, e os resultados depois de impostos atingido os 4 mil euros positivos. Esta evolução positiva deveu-se em grande parte à prestação de serviços de estudos de investimento e análise financeira.

Importa também referir que a estrutura de custos da sociedade manteve um grau de flexibilidade que lhe permitiu acomodar e reagir rapidamente a uma alteração adversa do volume de atividade, não comprometendo o patamar de sustentabilidade da sociedade.

O quadro seguinte resume os indicadores mais relevantes do período 2010 a 2015:

Principais Indicadores de Atividade						
	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Comissões Brutas	1662	2747	4920	6813	5352	3178
Encargos com comissões	746	1263	2427	3498	2794	1737
Comissões Líquidas	916	1484	2493	3315	2558	1441
Produto Bancário	1763	1331	2493	3235	1708	2113
Custos com o pessoal	360	347	702	836	642	648
Gastos Gerais Administrativos	933	1083	1344	1625	1796	1302
Resultados antes de impostos	433	-839	405	767	-52	139
Resultado Líquido	300	-681	247	458	-171	4
Capital Próprio	909	223	478	936	765	769

2.4 NOTAS FINAIS

Durante o exercício de 2015 não ocorreram factos adicionais que mereçam nota de destaque para além dos referidos no relatório de gestão e nas notas anexas às demonstrações financeiras.

Mais se declara que não ocorreu qualquer aquisição ou alienação de ações próprias durante o exercício.

Adicionalmente se refere que nos primeiros meses de 2016 não ocorreram factos materialmente relevantes que devam ser refletidos nestas demonstrações financeiras ou de outro modo.

Ao concluir o seu relatório, o Conselho de Administração considera ser seu dever exprimir o reconhecimento às seguintes entidades, pela contribuição que prestaram à atividade da Sociedade no decorrer do ano de 2015.

- Às entidades de supervisão – Banco de Portugal e Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, pela disponibilidade e atenção manifestadas em todos os contactos havidos;
- Aos órgãos de fiscalização – Fiscal Único da Sociedade e aos membros da Mesa da Assembleia-Geral, pelo acompanhamento e colaboração prestados;
- A todos os clientes da Sociedade, pela confiança manifestada;
- Aos colaboradores da empresa, pela dedicação e empenho que foram fatores decisivos para os resultados alcançados.
- Ao acionista único, a REAL VIDA SEGUROS, S.A. pelo apoio e orientação estratégica recebidos.

Lisboa, 21 de Abril de 2016

ANF
de



Gonçalo França de Castro Pereira Coutinho (Presidente)



João Manuel Pereira de Lima Freitas e Costa



Carla Andreia Duarte Silva Gomes

2.5 PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Nos termos da alínea f), do nº 5 do artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais, propõe-se que o resultado líquido do exercício, no montante de Euros 3.521,84, seja transferido para Resultados Transitados.

Nos termos da alínea f), do nº 5 do artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais, para o resultado líquido do exercício no montante de Euros 3.521,84, propõe-se a seguinte aplicação de resultados: 10%, ou seja, Euros 352,18 para Reserva Legal e 90%, ou seja, Euros 3.169,66 para a conta de Resultados Transitados.

3. ANEXOS

Anexo I - Declaração de Política de Remuneração

Tendo em consideração a publicação da Lei n.º 88/2011, do Aviso n.º 10/2011, a Fincor definiu uma política de remuneração, consubstanciada nos números seguintes:

1. Nenhum dos administradores do Conselho de Administração é remunerado. No entanto, os Colaboradores, independentemente da natureza da relação contratual com a Sociedade, poderão beneficiar, para além de remuneração fixa, de remuneração variável. Não beneficiam desta os membros da Mesa da Assembleia-Geral e o Fiscal Único.

2. A remuneração fixa dos colaboradores está definida pelos respectivos contratos de trabalho, não beneficiando, nesta data, de qualquer regime complementar de pensões nem de outros benefícios não pecuniários.

3. O montante global da remuneração variável atribuído a Colaboradores é decidido anualmente pelo Conselho de Administração, cabendo também a este órgão as decisões de alteração das parcelas de remuneração variável diferida ou de consubstanciação dessa remuneração variável em instrumentos financeiros emitidos pela Sociedade, como previsto nos pontos 8 e 10 em baixo.

4. A remuneração variável a atribuir a cada elemento terá em conta os seguintes elementos:

- a sua avaliação de desempenho;
- a sua contribuição efectiva para alcançar os objectivos; e
- os resultados da Fincor e o valor acrescentado que este registou no exercício.

Compete ao Conselho de Administração, juntamente com a respectiva Hierarquia, a avaliação dos colaboradores, com base em objectivos, qualitativos e quantitativos, previamente discutidos com cada colaborador. A avaliação tem ainda em conta, entre outros critérios, a observância da Legislação e de outro normativo, o controlo de diversos riscos inerentes às respectivas funções e o relacionamento com os clientes (externos e internos).

5. Os trabalhadores que exerçam funções de controlo, nomeadamente, *compliance*, gestão de riscos e auditoria interna, são remunerados de acordo com a prossecução dos objectivos associados às suas funções e da relevância destas, independentemente do desempenho das áreas sob o seu controlo.

6. Por princípio a componente variável de remuneração não pode exceder o valor da componente fixa de remuneração para cada colaborador. Independentemente do referido, a instituição pode aprovar um nível máximo mais elevado para a componente variável da remuneração total desde que a componente variável de remuneração não exceda o dobro da componente fixa da remuneração de cada colaborador e desde que sejam cumpridos os procedimentos do ponto seguinte.

7. Para a aprovação de um rácio mais elevado mencionado no ponto anterior, a Fincor deverá apresentar à Assembleia Geral uma proposta pormenorizada que justifique a situação, incluindo a demonstração de que o rácio proposto é compatível com as obrigações da Sociedade, nomeadamente para a manutenção de uma base sólida de Fundos Próprios. A Assembleia Geral deliberará sobre a proposta apresentada por maioria de dois terços dos votos emitidos sendo que os colaboradores diretamente afetados pelos níveis máximos mais elevados da componente variável de remuneração, não estão autorizados a exercer direta ou indiretamente quaisquer direitos de voto enquanto acionistas. A Fincor informará de imediato o Banco de Portugal sobre a proposta apresentada aos acionistas e da deliberação que haja sido adotada.

8. A remuneração variável relativa ao ano “n-1” terá o seu pagamento no ano “n”. Caso a remuneração variável anual exceda 6 salários brutos mensais, o seu pagamento poderá ser feito em parcelas trimestrais, semestrais ou anuais, consecutivas, a distribuir ao longo de 3 anos, cabendo ao Conselho de Administração a decisão final com base na seguinte tabela indicativa:

Remuneração Variável (em número de salários brutos mensais)	Diferimento do total da remuneração variável atribuída no ano1/ano2/ano3 (cujo pagamento pode ser trimestral, semestral ou anual, respeitando sempre os totais anuais definidos pelo Conselho de Administração)
>6	80%/10%/10%
>10	60%/20%/20%
>14	50%/25%/25%
>18	40%/30%/30%
>22 (sujeito a um máximo de 28)	33,3%/33,3%/33,3%

O pagamento da remuneração variável atribuída, terá lugar após a realização, em cada ano, da Assembleia Geral Ordinária. Face aos resultados, à performance e aos indicadores de actividade alcançados em qualquer dos dois anos subsequentes à atribuição da remuneração variável, o Conselho de Administração poderá cancelar ou reduzir o pagamento de qualquer das parcelas ainda não paga. Esse cancelamento ou redução pode ser discricionário, não tendo que abranger a totalidade dos colaboradores. Qualquer parcela atribuída mas ainda não paga cancela-se obrigatoriamente em caso de despedimento por justa causa ou por acordo, ou em caso de saída do colaborador.

9. A remuneração dos membros executivos do Conselho de Administração é determinada caso a caso pelo accionista, e inclui uma componente variável em função da performance individual do administrador e do valor criado para o accionista, dos resultados alcançados e do risco assumido. Esta componente variável deverá incluir,

GA
jac

salvo exceções devidamente justificadas, ações da Fincor, que não poderão ser alienadas até ao final do mandato em curso.

10. Em caso de destituição de um administrador, sem justa causa, a indemnização a pagar rege-se pelo disposto no Artigo 403º do Código das Sociedades Comerciais, isto é, não excederá o montante das remunerações que presumivelmente aquele receberia até ao final do mandato. Não existe qualquer acordo entre a Fincor e os titulares dos órgãos de administração que preveja a atribuição de indemnização em caso de renúncia ou destituição de administrador.

11. A Fincor reserva-se o direito de, por deliberação do Conselho de Administração, poder consubstanciar, no todo ou em parte, a remuneração variável, em instrumentos financeiros emitidos pela Sociedade e cuja valorização dependa do desempenho de médio e longo prazos da instituição, tais como ações da própria Fincor ou opções de aquisição daquelas, em termos que regulará oportunamente, se for esse o caso.

12. A política de remuneração é avaliada pelo menos uma vez por ano pelos órgãos de controlo da Fincor, nomeadamente Compliance, Gestão de Riscos e Auditoria Interna, os quais se articularão entre si para esse efeito e cujo relatório será apresentado ao Conselho de Administração. O documento de política de remuneração é apresentado à Assembleia Geral Ordinária da Sociedade e, nos termos legais, é divulgada no site da Fincor, nos aspectos a que for obrigado, bem como constará no Relatório e Contas do Exercício. Ainda de Acordo com o Aviso n.º 10/2011, a declaração da Administração sobre a conformidade da política de remuneração será remetida ao Banco de Portugal, integrada no Relatório de Controlo Interno.

13. No último ano verificou-se uma total conformidade, sem exceções, das remunerações auferidas pelos colaboradores da Fincor com a política de remunerações existente.

Anexo II - Posição Acionista dos Membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização

Para efeitos do artigo 447º do Código das sociedades Comerciais, a posição acionista dos membros dos órgãos de administração e fiscalização, à data de 31 de Dezembro de 2015, era a seguinte:

- Nenhum membro dos órgãos sociais detinha ações da empresa em 31 de Dezembro de 2015 nem transacionou ações da empresa em 2015.

Anexo III - Participações de acionistas, nos termos do artigo 448º do Código das Sociedades Comerciais

Participações de acionistas, nos termos do artigo 448º do Código das Sociedades Comerciais:

- Acionistas com pelo menos metade do capital social:

Real Vida Seguros, S.A.

Anexo IV- Documentos de Prestação das Contas e de Fiscalização e Auditoria

Documentos de Prestação das Contas

1. Balanços em 31 de Dezembro de 2015 e 2014
2. Demonstração de Resultados para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014
3. Demonstrações das Alterações no Capital Próprio para os exercícios findos em 31 de Dezembro 2015 e 2014
4. Demonstrações do Rendimento Integral para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014
5. Demonstração dos Fluxos de Caixa para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014
6. Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2015 e 2014

Documentos de Fiscalização e Auditoria

1. Certificação Legal das Contas
2. Parecer do Fiscal Único

AN
K

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Montantes expressos em milhares de Euros)

Activo	Notas	2015		2014		Passivo e Capital Próprio	Notas	2015	2014
		Valor antes de provisões, imparidade e amortizações	Provisões, imparidade e amortizações	Valor líquido	Valor líquido				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	3	2		2		Recursos de clientes e outros empréstimos	11	1	19
Disponibilidades em outras instituições de crédito	4	2.818		2.818		Provisões	12	5	2
Activos financeiros disponíveis para venda	5/23	13		13	3.765	Passivos por impostos correntes	9	136	118
Aplicações em instituições de crédito						Passivos por impostos diferidos			
Outros activos tangíveis	6	1.635	1.550	75	83	Outros passivos	13	7.745	19.779
Activos intangíveis	7	79	62	17	30	Total do Passivo		7.887	18.919
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	8	5		5	5	Capital	14	1.724	1.724
Activos por impostos correntes	9	54		54	129	Outros instrumentos de capital			
Activos por impostos diferidos						Reservas de reavaliação			
Outros activos	10	5.672		5.672		- Outras reservas e resultados transferidos	15	(959)	(788)
						Resultado do exercício	15	4	(171)
						Total do Capital Próprio		769	765
TOTAL DO ACTIVO		10.278	1.622	8.656	20.684	TOTAL DO PASSIVO E CAPITAL		8.656	20.684






FINCOR - SOCIEDADE CORRETORA, S.A.

Rua Duque de Palmela, 37 - 3º Andar, 1250-097 Lisboa
 Pessoa Coletiva e inscrição na C.R.C. Lisboa sob o n.º 502905590
 Capital Social: Euros 1 723 905,28 (Integralmente realizado)

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS A 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	Notas	2015	2014
Juros e rendimentos similares		-	1
Juros e encargos similares	17	(28)	(460)
Margem financeira			(460)
Rendimentos de serviços e comissões	18	3.178	5.352
Encargos com serviços e comissões	18	(1.737)	(2.794)
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados (líquido)		9	5
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda (líquido)			1
Resultados de reavaliação cambial (líquido)		184	(0)
Resultados de alienação de outros activos			(4)
Outros resultados de exploração	19	507	(391)
Produto bancário			1.708
Custos com pessoal	20	(648)	(642)
Gastos gerais administrativos	21	(1.302)	(1.796)
Amortizações do exercício	7/9	(57)	(59)
Provisões líquidas de reposições e anulações	12	34	736
Resultado antes de impostos		139	(52)
Impostos			
Correntes	9	(136)	(118)
Diferidos			0
Resultado líquido do exercício			4
			(171)
Numero de acções		345.472	345.472
Resultado por acção (em Euros)		0,01019	(0,49412)

Handwritten signatures and initials:
 Soares
 FAN
 G



CORRETORA

FINCOR - SOCIEDADE CORRETORA, S.A.

Rua Duque de Palmela, 37 – 3º Andar, 1250-097 Lisboa
 Pessoa Coletiva e Inscrição na C.R.C. Lisboa sob o n.º 502905590
 Capital Social: Euros 1 723 905,28 (integralmente realizado)

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS ANOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014
 (Montantes expressos em milhares de Euros)

	<u>Notas</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Fluxos de caixa de actividades operacionais			
Recebimento de juros e comissões		3.178	5.351
Pagamento de juros e comissões		(1.709)	(3.252)
Pagamento a pessoal e fornecedores		(2.467)	(1.930)
(Pagamento) / Recebimento de imposto sobre o rendimento		(172)	(353)
Outros recebimentos / (pagamentos) relativos à actividade operacional		1.308	(318)
Resultados operacionais antes das alterações nos activos operacionais		137	(502)
(Aumentos) / Diminuições de activos operacionais			
Activos financeiros disponíveis para venda		-	12
Aplicações em instituições de crédito		-	12
Outros activos e outras contas de regularização		(1.060)	(1.916)
		(1.060)	(1.892)
Caixa líquida das actividades operacionais		(923)	(2.394)
Fluxos de caixa de actividades de investimento			
Aquisição de activos fixos tangíveis e intangíveis		(26)	(84)
Caixa líquida das actividades de investimento		(26)	(84)
Variação líquida em caixa e equivalentes		(949)	(2.478)
Caixa e equivalentes no início do período		3.767	6.245
Caixa e equivalentes no fim do período	4	2.818	3.767

Handwritten signature and initials in blue ink.



FINCOR - SOCIEDADE CORRETORA, S.A.
 Rua Duque de Palmela, 37 – 3º Andar, 1250-087 Lisboa
 Pessoa Coletiva e inscrição na C.R.C. Lisboa sob o n.º 502905590
 Capital Social: Euros 1 723 905,28 (integralmente realizado)

**DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO
 DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 e 2014**
 (Montantes expressos em milhares de Euros)

Notas	Outros		Reservas de reavaliação		Outras reservas e resultados transferidos		Resultado líquido do exercício	Total
	Capital realizado	Instrumentos de capital	Reserva Legal	Outras reservas	Resultados transferidos	Total		
Saldo em 31 de Dezembro de 2013	1.724	-	1	225	-	(1.471)	458	938
Alterações no período:								
Aplicação do lucro do exercício de 2013	-	-	-	46	-	412	458	(458)
Transferência para reservas e resultados transferidos	-	-	(1)	-	-	-	(171)	(171)
Rendimento Integral de 2014	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2014	1.724	-	-	271	-	(1.059)	(171)	765
Alterações no período:								
Aplicação do lucro do exercício de 2014	-	-	-	-	-	(171)	171	-
Transferência para reservas e resultados transferidos	-	-	-	-	-	-	4	4
Rendimento Integral de 2015	-	-	-	271	-	(1.230)	4	(789)
Saldo em 31 de Dezembro de 2015	1.724	-	-	271	-	(1.230)	4	765

Handwritten signatures and initials:
 - Top right: *Spencer*
 - Middle right: *F M*
 - Bottom right: *Gr*



CORRETORA
FINCOR - SOCIEDADE CORRETORA, S.A.

Rua Duque de Palmela, 37 – 3º Andar, 1250-097 Lisboa

Pessoa Coletiva e Inscrição na C.R.C. Lisboa sob o n.º 502905690

Capital Social: Euros 1 723 905,28 (integralmente realizado)

DEMONSTRAÇÕES DO RENDIMENTO INTEGRAL

DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 e 2014

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	2015	2014
Resultado líquido do exercício	4	(171)
Activos financeiros disponíveis para venda	-	-
Reservas de reavaliação de activos financeiros disponíveis para venda	4	(171)
Rendimento integral	4	(171)

Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2015 e 2014

NOTA INTRODUTÓRIA

A Fincor – Sociedade Corretora, S.A. (Fincor ou Sociedade) foi constituída por escritura pública em 3 de Novembro de 1992. A sede da sociedade situa-se na Rua Duque de Palmela, 37 – 3º Andar, em Lisboa.

A Sociedade tem por objeto o exercício das atividades legalmente consentidas às sociedades corretoras, de acordo com o disposto no Decreto – Lei n.º 229/88, de 4 de Julho, bem como o Decreto – Lei n.º 262/2001.

Aquando a sua constituição, a Sociedade estava unicamente vocacionada para o segmento de clientes institucionais, tendo alargado a sua atividade ao segmento dos particulares em 1995. No mesmo ano foi efetuado o lançamento da primeira Loja de Investidores como espaço destinado ao acompanhamento dos mercados de capitais.

Em 20 de Julho de 2009, a Patris Investimentos, SGPS, S.A., adquiriu à Fincor SGPS, S.A., a totalidade do capital social. Actualmente a sociedade integra o Grupo Patris e desde 27 de Setembro de 2013, é detida integralmente pela Real Vida Seguros, S.A..

1. BASES DE APRESENTAÇÃO, COMPARABILIDADE DA INFORMAÇÃO E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

1.1. Bases de apresentação das contas

As demonstrações financeiras da Sociedade foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, com base nos livros e registos contabilísticos mantidos de acordo com os princípios consagrados nas Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA), nos termos do Aviso n.º 1/2005, de 21 de Fevereiro e das Instruções n.º 23/2004 e n.º 9/2005, do Banco de Portugal.

As NCA correspondem genericamente às Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS), conforme adotadas pela União Europeia, de acordo com o Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho, transposto para o ordenamento nacional pelo Decreto-Lei n.º 35/2005, de 17 de Fevereiro e pelo Aviso n.º 1/2005, de 21 de Fevereiro, do Banco de Portugal, exceto no que se refere aos ativos tangíveis são obrigatoriamente mantidos ao custo de aquisição, não sendo deste modo possível o seu registo pelo justo valor, conforme permitido pelo IAS 16 – Ativos fixos tangíveis. Como exceção, é permitido o registo de reavaliações extraordinárias, legalmente autorizadas, caso em que as mais-valias resultantes são registadas em “Reservas de reavaliação”.

Em 2006, a Sociedade apresentou pela primeira vez as suas demonstrações financeiras individuais de acordo com as NCA.

1.2. Resumo das principais políticas contabilísticas

As políticas contabilísticas mais significativas, utilizadas na preparação das demonstrações financeiras foram as seguintes:

Handwritten signatures and initials:
M...
G
AN
/

a) Especialização dos exercícios

Os custos e proveitos são reconhecidos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, sendo registados à medida que são gerados, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento.

b) Transações em moeda estrangeira

Os ativos e passivos expressos em moeda estrangeira são convertidos para Euros ao câmbio de "fixing" da data do balanço, com exceção dos saldos relativos a notas e moedas estrangeiras, os quais são convertidos ao câmbio médio do mês indicado pelo Banco de Portugal.

A 31-12-2015 os câmbios das moedas em utilização pela Sociedade são como segue:

31-12-2015	
Moeda	Taxa de câmbio
Coroa Dinamarquesa	7,4626
Coroa Noroeguesa	9,603
Coroa Sueca	9,1895
Dólar Canadiano	1,5116
Dólar da Nova Zelândia	1,5923
Dólar de Hong Kong	8,4376
Dólar dos Estados Unidos	1,0887
Franco Suíço	1,0835
Iene Japonês	131,07
Libra Esterlina	0,73395
Rand da África do Sul	16,953

Os proveitos e custos relativos às transação em moeda estrangeira registam-se no período em que ocorrem, de acordo com o efeito que as transação em divisas têm na posição cambial. Na data da sua contratação, as compras e vendas de moeda estrangeira à vista e a prazo são registadas na posição cambial.

c) Garantias prestadas e compromissos irrevogáveis

As responsabilidades por garantias prestadas e compromissos irrevogáveis são registadas em rubricas extrapatrimoniais pelo valor em risco, sendo os fluxos de juros, comissões ou outros proveitos registados em resultados ao longo da vida das operações.

d) Outros ativos e passivos financeiros

Os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos e valorizados de acordo com os IAS 32 e IAS 39, sendo registados na data de contratação pelo justo valor.

- i) Ativos financeiros disponíveis para venda e Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos

Handwritten signatures and initials:
A large signature at the top right.
Below it, the letter 'F'.
Below that, the initials 'AN'.
At the bottom, a signature that appears to be 'G'.

Os ativos financeiros disponíveis para venda incluem instrumentos de capital e dívida, que não sejam classificados como ativos financeiros detidos para negociação, ao justo valor através de resultados ou como investimentos a deter até à maturidade ou como crédito ou como empréstimos e contas a receber.

Os ativos financeiros disponíveis para venda são registados ao justo valor, com exceção de instrumentos de capital não cotados num mercado ativo e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, os quais permanecem registados ao custo. Os ganhos e perdas relativos à variação subsequente do justo valor são refletidos em rubrica específica do capital próprio “reserva de justo valor” até à sua venda (ou até ao reconhecimento de perdas por imparidade), momento em que são transferidos para resultados. Os ganhos ou perdas cambiais de ativos monetários são reconhecidas diretamente em resultados do período.

Os juros inerentes aos ativos financeiros e o reconhecimento das diferenças entre o custo de aquisição e o valor nominal (prémio ou desconto) são calculados de acordo com o método da taxa efetiva e registados em resultados na rubrica de “Juros e rendimentos similares”.

ii) Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros, essencialmente recursos de instituições de crédito, depósitos de clientes e dívida emitida, são inicialmente valorizados ao justo valor, que corresponde à contraprestação recebida líquida dos custos de transação e são posteriormente valorizados ao custo amortizado.

iii) Outros instrumentos de capital

Em Junho de 2011, foi deliberado pelo Conselho de Administração e aprovado em Assembleia Geral aumentar o capital da Sociedade mediante a conversão por incorporação das prestações suplementares de capital.

e) **Outros ativos tangíveis**

Os ativos tangíveis utilizados pela Sociedade para o desenvolvimento da sua atividade são contabilisticamente relevados pelo custo de aquisição (incluindo custos diretamente atribuíveis) deduzido das amortizações acumuladas.

A depreciação dos ativos tangíveis é registada numa base sistemática ao longo do período de vida útil estimado do bem:

	<u>Anos de vida útil</u>
Despesas em edifícios arrendados	10
Equipamento	3 a 10

As despesas em edifícios arrendados são amortizadas em prazo compatível com o da sua utilidade esperada ou do contrato de arrendamento.

Amorim
f
AN
bc

Os custos subsequentes com os ativos tangíveis são reconhecidos apenas se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros. Todas as despesas com a manutenção e reparação são reconhecidos como custo com o princípio da especialização dos exercícios.

f) Ativos intangíveis

A Sociedade regista nesta rubrica as despesas com o *software* adquirido, nos casos em que o impacto esperado se reflete para além do exercício em que são realizadas.

Os ativos intangíveis são amortizados pelo método das quotas anuais constantes e por duodécimos, ao longo do seu período de vida útil estimado o qual, em média, corresponde a três anos.

g) Provisões

As provisões constituídas visam fazer face a potenciais riscos futuros decorrentes da atividade da Fincor, nomeadamente riscos fiscais, processos judiciais e outros riscos específicos, de acordo com o IAS 37 (Nota 12).

h) Impostos sobre os lucros

A Sociedade está sujeita ao regime fiscal consignado no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC).

Os impostos diferidos ativos e passivos correspondem ao valor do imposto a recuperar e a pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias entre o valor de um ativo ou passivo no balanço e a sua base de tributação. Os créditos fiscais também são registados como impostos diferidos ativos.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos quando se estimam que sejam recuperáveis e até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que acomodem as diferenças temporárias dedutíveis.

Os impostos diferidos ativos e passivos foram calculados com base nas taxas fiscais decretadas para o período em que se prevê que seja realizado o respetivo ativo ou passivo.

Os impostos correntes e os impostos diferidos são refletidos em resultados com exceção dos impostos relativos a transações diretamente registadas em capitais próprios, nomeadamente, ganhos e perdas potenciais em títulos disponíveis para venda.

2. PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E INCERTEZAS ASSOCIADAS À APLICAÇÃO DAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

A preparação das demonstrações financeiras requer a elaboração de estimativas e a adoção de pressupostos pela gestão, que podem afetar o valor dos ativos e passivos, réditos e custos, assim como de passivos contingentes divulgados.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014
(Montantes em milhares de Euros – mEuros, exceto quando expressamente indicado)

A principal estimativa utilizada refere-se aos Impostos. O reconhecimento de impostos diferidos ativos pressupõe a existência de resultados e de matéria coletável futura. Adicionalmente, os impostos diferidos ativos e passivos foram determinados com base na interpretação da legislação fiscal atual. Deste modo, alterações na legislação fiscal ou na sua interpretação por parte das autoridades competentes podem ter impacto no valor dos impostos diferidos.

3. CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 a rubrica de caixa e disponibilidades em bancos centrais tinha a seguinte composição:

	31/12/2015	31/12/2014
Caixa	<u>2</u>	<u>2</u>
	<u>2</u>	<u>2</u>

4. DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a rubrica de disponibilidades em outras instituições de crédito tinha a seguinte composição:

	31-12-2015	31-12-2014
Disponibilidades sobre instituições de crédito no país		
Depósitos à ordem	397	2.107
Disponibilidades sobre instituições de crédito no estrangeiro		
Depósitos à ordem	<u>2.421</u>	<u>1.658</u>
	<u>2.818</u>	<u>3.765</u>

Os Depósitos à ordem em instituições de crédito, apresentam o seguinte detalhe por contraparte:

Handwritten signatures and initials:
M...
AN
f
A

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014
(Montantes em milhares de Euros – mEuros, exceto quando expressamente indicado)

	<u>31-12-2015</u>	<u>31-12-2014</u>
Em instituições no País		
Millenium BCP	335	1.551
Banco BIC Português	48	236
Novo Banco	7	8
Barclays	4	4
Caixa Geral de Depósitos	3	9
Banco Invest	-	300
Banco popular	-	-
	<u>397</u>	<u>2.108</u>
Em instituições no estrangeiro		
KAS BANK	1.534	1.123
Inversis	926	(368)
ETX	44	43
Interactive Brokers	(35)	(1)
ED&F MAN	(48)	860
	<u>2.421</u>	<u>1.657</u>
	<u>2.818</u>	<u>3.765</u>

Em 31 de Dezembro de 2015, os Depósitos à ordem eram determinados por moeda de acordo com as seguintes percentagens:

31-12-2015	
USD	34%
EUR	58%
GBP	5%
CHF	3%
	<u>100%</u>

5. ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Ativos financeiros disponíveis para venda

Em 31 de Dezembro de 2015, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	Taxa de juro	Custo de aquisição	Juros a receber	Reserva de justo valor	Valor de Balanço
Instrumentos de dívida					
Emitidos por residentes					
OT - 4.750/2019	4,75%	13	-	-	13
		<u>13</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>13</u>

Handwritten signatures and initials:
 M...
 f
 An
 Ca

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014
(Montantes em milhares de Euros – mEuros, exceto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2014, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	Taxa de juro	Custo de aquisição	Juros a receber	Reserva de justo valor	Valor de Balanço
Instrumentos de dívida					
Emitidos por residentes					
OT - 4.750/2019	4,75%	9	-	-	9
		<u>9</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>9</u>

6. OUTROS ATIVOS TANGÍVEIS

O movimento ocorrido nesta rubrica durante o período compreendido entre 31 de Dezembro de 2015 e 31 de Dezembro de 2014 pode ser apresentado da seguinte forma:

	2015								
	31-12-2014			Aquisições	Abates	Amortizações do exercício	31-12-2015		
	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Valor Líquido				Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Valor Líquido
Activos tangíveis									
Imóveis									
Despesas em edifícios arrendados	172	(171)	1	-	-	-	172	(171)	1
	<u>172</u>	<u>(171)</u>	<u>1</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>172</u>	<u>(171)</u>	<u>1</u>
Equipamento									
Mobiliário e material	145	(141)	4	5	-	(1)	149	(142)	7
Máquinas e ferramentas	38	(38)	-	-	-	-	38	(38)	-
Equipamento informático	698	(670)	28	3	-	(28)	701	(698)	3
Instalações interiores	347	(333)	14	-	-	(1)	347	(334)	13
Material de transporte	59	(21)	38	-	-	(11)	59	(32)	27
Equipamento de segurança	11	(11)	-	-	-	-	11	(11)	-
Outro equipamento	15	(7)	8	17	-	(1)	32	(8)	24
	<u>1.313</u>	<u>(1.221)</u>	<u>92</u>	<u>25</u>	<u>0</u>	<u>(42)</u>	<u>1.337</u>	<u>(1.263)</u>	<u>74</u>
Outros activos fixos tangíveis									
Equipamento em locação financeira	126	(126)	-	-	-	-	126	(126)	-
Total Activos tangíveis	<u>1.611</u>	<u>(1.518)</u>	<u>93</u>	<u>25</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.635</u>	<u>(1.560)</u>	<u>75</u>

	2014								
	31-12-2013			Aquisições	Abates	Amortizações do exercício	31-12-2014		
	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Valor Líquido				Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Valor Líquido
Activos tangíveis									
Imóveis									
Despesas em edifícios arrendados	172	(170)	2	-	-	(1)	172	(171)	1
	<u>172</u>	<u>(170)</u>	<u>2</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(1)</u>	<u>172</u>	<u>(171)</u>	<u>1</u>
Equipamento									
Mobiliário e material	145	(140)	5	-	-	(1)	145	(141)	4
Máquinas e ferramentas	38	(38)	-	-	-	-	38	(38)	-
Equipamento informático	676	(641)	35	22	-	(29)	698	(670)	28
Instalações interiores	347	(331)	16	-	-	(2)	347	(333)	14
Material de transporte	24	(9)	15	43	(8)	(12)	59	(21)	38
Equipamento de segurança	11	(11)	-	-	-	-	11	(11)	-
Outro equipamento	13	(5)	7	2	-	(2)	15	(7)	8
	<u>1.254</u>	<u>(1.176)</u>	<u>78</u>	<u>67</u>	<u>(8)</u>	<u>(46)</u>	<u>1.313</u>	<u>(1.221)</u>	<u>92</u>
Outros activos fixos tangíveis									
Equipamento em locação financeira	126	(126)	-	-	-	-	126	(126)	0
Total Activos tangíveis	<u>1.552</u>	<u>(1.472)</u>	<u>80</u>	<u>67</u>	<u>(8)</u>	<u>(47)</u>	<u>1.611</u>	<u>(1.518)</u>	<u>93</u>

Handwritten signature and initials:
 [Signature]
 An
 [Initials]

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014
(Montantes em milhares de Euros – mEuros, exceto quando expressamente indicado)

7. ATIVOS INTANGÍVEIS

O movimento ocorrido nesta rubrica durante o período compreendido entre 31 de Dezembro de 2014 e 31 de Dezembro de 2015 pode ser apresentado da seguinte forma:

	2015							
	31-12-2014			Aquisições	Amortizações do exercício	31-12-2015		
	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Valor Líquido			Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Valor Líquido
Activos intangíveis								
Software	77	(47)	30	3	(15)	79	(62)	17
Total Activos intangíveis	77	(47)	30	3	(15)	79	(62)	17

	2014							
	31-12-2013			Aquisições	Amortizações do exercício	31-12-2014		
	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Valor Líquido			Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Valor Líquido
Activos intangíveis								
Software	60	(37)	23	17	(10)	77	(47)	30
Total Activos intangíveis	60	(37)	23	17	(10)	77	(47)	30

8. INVESTIMENTOS EM FILIAIS, ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 esta rubrica tinha a seguinte composição:

	31/12/2015							
	Participação efetiva	Custo de Aquisição	Juros a receber	Reserva de Justo Valor			Imparidade	Valor de Balanço
				Positiva	Negativa	Total		
Empreendimentos conjuntos								
BPN Serviços ACE	5%	5	-	-	-	-	-	5
		5	-	-	-	-	-	5

	31/12/2014							
	Participação efetiva	Custo de Aquisição	Juros a receber	Reserva de Justo Valor			Imparidade	Valor de Balanço
				Positiva	Negativa	Total		
Empreendimentos conjuntos								
BPN Serviços ACE	5%	5	-	-	-	-	-	5
		5	-	-	-	-	-	5

Esta rubrica corresponde integralmente ao custo de aquisição da participação de 5% no capital social do BPN Serviços – Serviços Administrativos, Operacionais e Informáticos, ACE (BPN ACE) no montante de 5 mEuros.

Esta participação encontra-se registada ao custo de aquisição, uma vez que apesar de no âmbito da aquisição da Sociedade pela Patris Investimentos, SGPS, S.A., a Fincor ter notificado formalmente o Grupo BPN da saída do BPN ACE em Dezembro de 2009, este processo ainda está em curso.

Handwritten signatures and initials:
 [Signature]
 f
 An
 [Signature]

9. ATIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS CORRENTES E POR IMPOSTOS DIFERIDOS

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, estas rubricas têm a seguinte composição:

	<u>31-12-2015</u>	<u>31-12-2014</u>
Activos por impostos correntes		
IRC a recuperar	54	129
	<u>54</u>	<u>129</u>
Passivos por impostos correntes		
Estimativa de imposto do exercício	(136)	(118)
	<u>(136)</u>	<u>(118)</u>
Activos por impostos diferidos		
Relativos a diferenças temporárias	-	-
Relativos a Prejuízos Fiscais	-	-
	<u>-</u>	<u>-</u>

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efectiva de imposto no exercício de 2015 pode ser demonstrada como se segue:

Reconciliação da Taxa de Imposto

	<u>2015</u>
Resultado Antes de Imposto	139
Taxa Nominal de Imposto	22,5%
	<u>31</u>
Diferenças Permanentes (i)	41
Ajustamento à Colecta	95
Imposto sobre o Rendimento do exercício	<u>136</u>
Taxa efectiva de imposto	98%
Imposto Corrente	(136)
Imposto Diferido do Exercício	-
	<u>(136)</u>

Handwritten signatures and initials:
 [Signature]
 f
 Am
 pc

10. OUTROS ATIVOS

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 esta rubrica tinha a seguinte composição:

	31-12-2015	31-12-2014
Operações de bolsa por regularizar	4.938	14.684
Valores vencidos	-	37
Devedores diversos	546	1.439
Despesas com custo diferido	46	101
Receitas com rendimento diferido	141	423
	<u>5.672</u>	<u>16.684</u>
Provisões para valores vencidos	-	(37)
	<u>-</u>	<u>(37)</u>
	<u>5.672</u>	<u>16.647</u>

No montante reconhecido em Devedores diversos estão incluídos 441 mEuros relativos a reembolsos de impostos, dos quais 85 mEur foram devolvidos pelo Kas Bank em Fevereiro de 2016.

11. RECURSOS DE CLIENTES E OUTROS EMPRÉSTIMOS

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 esta rubrica tinha a seguinte composição:

	31-12-2015	31-12-2014
Juros de empréstimos	<u>1</u>	<u>19</u>
	<u>1</u>	<u>19</u>

Em Setembro de 2014, foi assinado com a Real Vida Seguros, S.A. um contrato de facilidade de tesouraria remunerado a uma taxa anual de 2% com juros semestrais. O montante apresentado nesta rubrica diz respeito aos juros a pagar pela Fincor referentes ao período entre Setembro e Dezembro 2015.

Ar
la
f
Ar
la

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014
(Montantes em milhares de Euros – mEuros, exceto quando expressamente indicado)

12. PROVISÕES

O movimento nas provisões durante o período compreendido entre 31 de Dezembro de 2015 e 2014 é como segue:

	31-12-2014	Dotações	Anulações e Reposições	Utilizações	Transferências NCA's	Diferenças cambiais	31-12-2015
Provisões para devedores							
Valores vencidos	37		-37	-	-	-	-
	<u>37</u>	<u>-</u>	<u>-37</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Outras provisões							
Para riscos gerais de crédito	2	3	-	-	-	-	5
	<u>2</u>	<u>3</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>5</u>
	<u>39</u>	<u>3</u>	<u>-37</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>5</u>

A variação registada durante o exercício de 2015 diz respeito essencialmente à cedência de crédito à Patris Investimentos referente ao crédito vencido titulado pelo Sr. Pedro Roxo no montante global de 34 mEuros

13. OUTROS PASSIVOS

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 esta rubrica tinha a seguinte composição:

	31-12-2015	31-12-2014
Operações de bolsa a regularizar	4.897	15.730
Outros encargos a pagar	187	1.482
Credores diversos	2.661	2.567
	<u>7.745</u>	<u>19.779</u>

14. CAPITAL E OUTROS INSTRUMENTOS DE CAPITAL

Em 31 de Dezembro de 2015 o capital da Fincor ascendia a 1.724 mEuros, sendo detido integralmente pelo seguinte acionista:

	% de Participação	Montante
Real Vida Seguros, S.A.	100%	1.724

Fincor
f
AN
pc

15. RESERVAS, RESULTADOS TRANSITADOS E RESULTADO DO EXERCÍCIO

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, estas rubricas apresentam a seguinte composição:

	<u>31-12-2015</u>	<u>31-12-2014</u>
Reservas de reavaliação		
Outras reservas e resultados transitados	(959)	(788)
Resultado líquido do exercício	4	(171)
	<u>(955)</u>	<u>(959)</u>

Reservas de reavaliação

As reservas de reavaliação constituídas são resultado da valorização da carteira de títulos ao justo valor efetuada no âmbito da aplicação das NCA's.

Reserva legal

Em conformidade com o disposto no Decreto-Lei nº 298/92, de 31 de Dezembro, alterado pelo Decreto-Lei nº 201/2002, de 26 de Setembro, a Sociedade constitui um fundo de reserva até à concorrência do capital ou do somatório das reservas livres constituídas e dos resultados transitados, se superior. Para tal, é anualmente transferido para esta reserva uma fração não inferior a 10% do resultado líquido do exercício da atividade individual, até perfazer o referido montante. Esta reserva só pode ser utilizada para a cobertura de prejuízos acumulados ou para aumentar o capital.

16. CONTAS EXTRAPATRIMONIAIS

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	<u>31-12-2015</u>	<u>31-12-2014</u>
Responsabilidades por prestações de serviços		
Depósitos e Guarda de valores		
KAS BANK	18.719	19.481
Banco Invest	7.937	8.103
Inversis	3.806	14.578
Banco BIC Português	1	1
EFA	-	1.077
	<u>30.463</u>	<u>43.240</u>

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a rubrica de "Depósito de guarda de valores" diz respeito aos títulos de clientes para os quais a Fincor, para além das funções de intermediação financeira, assegura a custódia de valores.

M. Soares
f
Ass
bc

17. JUROS E ENCARGOS SIMILARES

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	31/12/2015	31/12/2014
Juros de credores e outros recursos	<u>28</u>	<u>460</u>
	<u>28</u>	<u>460</u>

18. RENDIMENTOS E ENCARGOS DE SERVIÇOS E COMISSÕES

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	31/12/2015	31/12/2014
<u>Rendimentos de serviços e comissões</u>		
Por operações realizadas por conta de terceiros sobre títulos	2 949	5 148
Outras comissões recebidas	8	10
Por serviços prestados	<u>221</u>	<u>194</u>
	<u>3 178</u>	<u>5 352</u>
<u>Encargos de serviços e comissões</u>		
Por operações realizadas por terceiros	<u>1 737</u>	<u>2 794</u>
	<u>1 737</u>	<u>2 794</u>

As lojas da Fincor atuam como recetoras de ordens para a Sociedade.

Os principais aspetos a destacar na relação entre as lojas Fincor e a Sociedade são os seguintes:

- A Sociedade assegura entre, outros aspetos, os serviços de apoio à negociação, nomeadamente a execução de ordens, linhas de comunicação e de rede; e
- As lojas Fincor pagam comissões de corretagem de acordo com a natureza das ordens transmitidas. Ao abrigo dos contratos celebrados existe exclusividade contratual de canalização de ordens com a Fincor.

M. S. S. S.
Am f
bc

19. OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	<u>31-12-2015</u>	<u>31-12-2014</u>
Outros rendimentos de exploração		
Outros ganhos e rendimentos operacionais	775	37
	<u>775</u>	<u>37</u>
Outros encargos de exploração		
Outros encargos e gastos operacionais	(268)	(428)
	<u>(268)</u>	<u>(428)</u>
Outros Resultados de exploração	<u>507</u>	<u>(391)</u>

20. CUSTOS COM O PESSOAL

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	<u>31-12-2015</u>	<u>31-12-2014</u>
Salários e vencimentos	506	444
Encargos sociais obrigatórios	117	128
Outros custos com pessoal	25	70
	<u>648</u>	<u>642</u>

O efetivo médio anual de empregados ao serviço da Sociedade durante 2015 e 2014, distribuídos pelas grandes categorias profissionais, foi o seguinte:

	<u>31-12-2015</u>	<u>31-12-2014</u>
Funções de direcção	1	1
Funções técnicas e específicas	16	14
Funções administrativas	2	2
	<u>19</u>	<u>17</u>

Handwritten signatures and initials:
 [Signature]
 f
 AN
 [Signature]

21. GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Comunicações	464	450
Deslocações, estadas e representação	320	470
Rendas e alugueres	66	163
Honorários e avenças	36	140
Publicidade e edição de publicações	28	36
Multas e penalidades	9	11
Fornecimentos	7	26
Conservação	5	23
Seguros	4	4
Outros serviços de terceiros		
Informática	281	224
Serviços especializados	56	224
Limpeza	7	-
Judicias, contencioso e notariado	2	1
Outros	18	24
	<u>1 302</u>	<u>1796</u>

22. ENTIDADES RELACIONADAS

Em 31 de Dezembro de 2015, o Conselho de Administração era composto pelos seguintes elementos:

- Gonçalo França de Castro Pereira Coutinho – Presidente
- João Manuel Pereira de Lima de Freitas e Costa – Vogal
- Carla Andreia Duarte Silva – Vogal

Em 31 de Dezembro de 2015, os principais saldos com entidades relacionadas são os seguintes:

	<u>31-12-2015</u>	<u>31-12-2014</u>
Outros Passivos		
Patris Investimentos, SGPS, S.A.	246	
Patris Gestão de Ativos – SGFIM, S.A.	185	
Real Vida Seguros, S.A.	-	
	<u>431</u>	<u>-</u>

Handwritten signature
An f
ce

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014
(Montantes em milhares de Euros – mEuros, exceto quando expressamente indicado)

A 31 de Dezembro de 2015, o grupo económico no qual a Fincor está integrada era composto pelas seguintes entidades:

- Patris Investimentos, SGPS, S.A.
- Aero Topográfica, Lda.
- Companhia das Aguas Medicinais da Felgueira, S.A.
- Nova Companhia do Grande Hotel das Caldas da Felgueira, S.A.
- Geovita – Energia da Terra, Lda.
- Patris Capital Partners – FCR
- SPATER – SPA'S e Termas de Portugal, S.A.
- Aero Topográfica II, S.A.
- IMOPATRIS – FEII
- CENTRO VENTURE – Sociedade de Capital de risco, S.A.
- Patris Gestão de Ativos – SGFIM, S.A.
- REAL VIDA SEGUROS, S.A.
- Real Capital – FCR
- Portucale – SGFTC, S.A.

23. JUSTO VALOR DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Em 31 de Dezembro de 2015, os instrumentos financeiros apresentavam o seguinte detalhe:

	2015		
	Valorizadas ao justo valor	Não valorizadas ao justo valor	Total
Activo			
Activos Financeiros disponíveis para venda	13		13
Investimentos em filiais, associadas e empresas do grupo		5	5
	<u>13</u>	<u>5</u>	<u>18</u>

Em 31 de Dezembro de 2015, o justo valor de ativos financeiros valorizados ao justo valor apresentava o seguinte detalhe:

Handwritten signatures and initials:
D. Pereira
An f
be

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014
(Montantes em milhares de Euros – mEuros, exceto quando expressamente indicado)

	2014			
		Valorizadas ao justo valor	Não valorizadas ao justo valor	Total
Activo				
Activos Financeiros disponíveis para venda		9	-	9
Investimentos em filiais, associadas e empresas do grupo		-	5	5
		<u>9</u>	<u>5</u>	<u>14</u>

24. GESTÃO DE RISCOS

Função de “Controlo e Gestão de Risco”

A função de Gestão de Risco está sob a responsabilidade da unidade de “Controlo e Gestão de Risco”, sendo que esta é dotada dos poderes necessários para um acesso livre a toda e qualquer informação relevante de cada uma das áreas da Sociedade, e a função é desempenhada de forma permanente, efetiva e independente das áreas funcionais.

Principais riscos que a que a FINCOR se encontra exposta:

Risco de Mercado

Trata-se do risco de perdas resultantes da flutuação adversa do valor dos instrumentos financeiros, incertezas da inflação, da política monetária, da política cambial, das taxas de juro, entre outras, que podem ter impacto nas taxas e nos preços dos Ativos.

O Risco de Mercado é exclusivamente assumido pelos clientes, o que não invalida que face a condições adversas de mercado a Sociedade responda atempadamente e com todo o profissionalismo às solicitações dos mesmos, tentando estimar e minimizar as perdas potenciais, devido às circunstâncias apresentadas pelo Mercado.

Risco de Taxa de Juro

Resulta de mudanças nas curvas de juros, *spreads* de crédito, possíveis alterações nas políticas soberanas de um país, entre outros.

A Sociedade está pouco exposta ao Risco de Taxa de Juro devido ao facto de deter uma pequena percentagem de Obrigações do Tesouro por imposição do Sistema de Indemnização aos Investidores. Logo, o impacto é bastante reduzido.

Risco da Taxa de Câmbio

O Risco de Taxa de Câmbio é praticamente inexistente, atendendo a que a Sociedade possui contas de disponibilidades expressas em moedas diferentes do Euro para cobrança de comissões nos mercados desses países, as quais são devidamente reconciliadas pela área de Suporte e Back-Office.

Handwritten signature
Handwritten initials

Os saldos nessas moedas são sempre reduzidos e os montantes excedentários convertidos com regularidade para Euros por forma a minimizar o Risco de Taxa de Câmbio.

Risco de Liquidez

Com a análise deste risco, pretende-se observar a evolução da situação de liquidez da Sociedade e dos seus Clientes.

O Risco de Liquidez da Sociedade é controlado pela área de Suporte e Back-Office, quer através da análise diária da tesouraria, quer através das reconciliações bancárias, por forma a garantir que os nossos compromissos para com Terceiros, assim como, as liquidações dos Ativos negociados, são realizados conforme o esperado.

Risco de Contraparte

De uma forma genérica este risco resulta da incapacidade de cumprimento de Terceiros, em honrar atempadamente as suas obrigações financeiras para conosco.

Risco de Contraparte → Brokers e Custodiantes

No que respeita ao risco de Contraparte de Terceiros com quem a Sociedade estabeleceu relações comerciais e/ou de transação de cash ou de Ativos, já se encontra implementado junto da área de Suporte e Back-Office um processo de seleção e avaliação de desempenho dos *Brokers* e Custodiantes com quem trabalham diariamente, através de uma matriz de desempenho.

Adicionalmente serão elaborados relatórios anuais com informação relevante sobre os Custodiantes e *Brokers* mais utilizados, onde será incluído o respetivo *rating* atribuído a cada um deles e elaborada uma lista sugestiva dos *brokers* a não usar em futuras transações, devido à sua fraca reputação.

Risco dos Sistemas de Informação

A sociedade utiliza as seguintes aplicações informáticas:

- o Bloomberg
- o SiFox BackOffice
- o SiFox FrontOffice
- o SiFox Screening (Controlo e Gestão de Risco)
- o SunGard
- o Microsoft Navision (Contabilidade)
- o Microsoft Office

Estas aplicações foram adquiridas a fornecedores externos, com o respetivo manual de utilização e são efetuados com regularidade *upgrades* pelos respetivos fornecedores. Foram adquiridas num regime de licença de utilização, pelo que a empresa não dispõe por isso do código base e da documentação técnica.

Para garantir a segurança e integridade da informação foi implementada uma solução automatizada de *backups* que diariamente salvaguardam a base de dados que suporta a atividade da empresa. Uma cópia do

Apresenta
Ar 6
de

backup é enviada automaticamente para um servidor fora das instalações da empresa. Desta forma é possível no caso de qualquer contingência, a reposição rápida de toda a informação a partir dos *backups*.

Para além das ligações de dados ao exterior serem monitorizadas através de *firewall*, as comunicações com as lojas, são efetuadas através de linhas ponto a ponto, de forma a impedir qualquer violação ou acesso aos dados transmitidos.

O acesso aos dados é condicionado por *passwords* individuais, as quais estão definidas por perfil de utilizador, estabelecendo assim diferentes níveis de acesso à informação.

Risco de Crédito

A FINCOR, atendendo à legislação específica para este tipo de sociedades, não pode conceder crédito. Por isso o Risco de Crédito é praticamente inexistente.

A Sociedade definiu como estratégia para mitigar o Risco de Crédito, escolher Instituições Financeiras credíveis e solventes (com bom rating), tendo definido um procedimento interno, de escolha de parceiro no mercado financeiro, onde através da recolha de uma série de elementos, efetua uma análise aos fatores acima identificados como críticos numa Instituição Financeira. A par disso, são realizadas reconciliações bancárias, bem como análises a todos os outros saldos devedores de Clientes e é monitorizada a sua evolução.

Risco Operacional

Trata-se da possibilidade de ocorrência de perdas de capital resultantes de falhas, deficiências ou inadequação de processos internos, comportamento inadequado das pessoas e utilização imprópria dos sistemas de informação, ou de eventos externos, como sanções aplicadas devido a incumprimentos legais e indemnizações por danos a Terceiros.

A FINCOR tem implementadas as funções de Controlo e Gestão de Risco, Auditoria e Compliance que visam assegurar a gestão, controlo e verificação dos riscos a que a Sociedade se encontra exposta, funcionando de forma autónoma e independente, reportando diretamente ao Conselho de Administração.

Risco de Compliance

O Risco de *Compliance* é o risco associado à possibilidade da Sociedade receber sanções, sejam elas económicas ou não, ou de medidas disciplinares por parte das Entidades de Supervisão, em virtude do descumprimento de leis, regulamentos, normas, e códigos de conduta aplicáveis à atividade em questão.

A Sociedade dispõe de um Regulamento Interno elaborado de acordo com a legislação em vigor nesta matéria, que é do conhecimento de todos os colaboradores, e de um Manual de Procedimentos, que é atualizado sempre que ocorrem alterações que o justifiquem, visando garantir um adequado sistema de Controlo Interno e assegurar que um qualquer procedimento inadequado ou proibido por parte de um colaborador, possa vir a prejudicar a reputação da Instituição.

Risco de Estratégia

Compete ao Conselho de Administração a definição da estratégia da Sociedade, bem como a monitorização do Risco de Estratégia.

Marcos
Am
f
de

Esta monitorização do Risco de Estratégia é efetuada através de:

- Elaboração de orçamentos anuais e controlo da atividade em termos de execução/orçamento;
- Análise de toda a informação disponibilizada pela CMVM relativamente às sociedades concorrentes e da evolução da respetiva quota de mercado;
- Inquéritos às necessidades dos nossos clientes e à sua satisfação com os serviços prestados pela empresa;
- Adaptação da empresa face às constantes alterações legislativas e determinadas pelos reguladores e análise do seu impacto em termos de negócio;
- Acompanhamento da implementação das decisões.

Risco de Reputação

O Risco de Reputação está associado à perceção do Grupo, pelos diversos grupos de interesse com os quais a Sociedade se relaciona, quer ao nível interno, quer externo, no desenvolvimento da sua atividade, e que possa vir a ter um impacto adverso sobre os resultados ou as expectativas de desenvolvimento do negócio.

Compete principalmente ao Conselho de Administração, ao Controlo e Gestão de Risco e ao *Compliance Officer*, a identificação das potenciais fontes geradoras deste risco e garantir que sejam devidamente tratadas, de modo a reduzir a probabilidade de ocorrência, por forma a minimizar eventuais impactos na Sociedade.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



Andreu Marcet

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS





FERNANDO MARQUES OLIVEIRA
JOSÉ VIEIRA DOS REIS
CARLOS A. DOMINGUES FERRAZ
JOAQUIM OLIVEIRA DE JESUS
CARLOS MANUEL GRENHA

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras de *FINCOR – SOCIEDADE CORRETORA, S.A.*, as quais compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2015 (que evidencia um total de balanço de 8.656 milhares euros e um total de capital próprio de 769 milhares euros, incluindo um resultado líquido 4 milhares euros), as Demonstrações dos resultados do exercício, das alterações do capital próprio, dos fluxos de caixa e do rendimento integral do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo (notas explicativas às demonstrações financeiras).

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa e o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e Diretrizes de Revisão/Auditoria da *Ordem dos Revisores Oficiais de Contas*, as quais exigem que o mesmo seja realizado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame inclui:

- a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas



em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;

- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
- a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

6. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

OPINIÃO

7. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, nos aspetos materialmente relevantes, a posição financeira de *FINCOR – SOCIEDADE CORRETORA, S.A.*, em 31 de dezembro de 2015 e o resultado das suas operações, os fluxos de caixa, as alterações nos capitais próprios e o rendimento integral no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas introduzidas pelo Aviso n.º 1/2005 do Banco de Portugal.

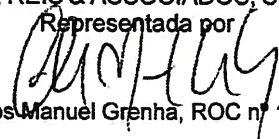
RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS

8. É também nossa opinião que a informação constante no relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Lisboa, 28 de abril de 2016

OLIVEIRA, REIS & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

Representada por


Carlos Manuel Grenha, ROC nº 1266



RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Senhores Acionistas,

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias e nos termos do mandato que nos foi conferido, vimos apresentar-vos o Relatório da nossa atividade e o nosso Parecer sobre os documentos de prestação de contas de *FINCOR - SOCIEDADE CORRETORA, S.A.*, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

Do exercício não tomámos conhecimento de irregularidades ou inexatidões que devamos levar ao vosso conhecimento.

Na qualidade de Revisores Oficiais de Contas desenvolvemos os procedimentos que considerámos adequados e emitimos Relatório anual, bem como **Certificação Legal das Contas**, a qual deve ser entendida como complemento deste Relatório.

Tendo-nos sido presentes os documentos de prestação de contas, considerando as nossas conclusões constantes da referida "Certificação Legal das Contas", que envolvem, na medida aí referida, a nossa apreciação dos princípios, políticas e critérios adotados e da conformidade do sistema contabilístico com os preceitos legais e exprimem a nossa opinião de que esses documentos apresentam de forma verdadeira e apropriada, nos aspetos materialmente relevantes, a posição financeira e os resultados das suas operações no exercício e atendendo a que o Relatório de Gestão contém a proposta de aplicação de resultados,

somos de parecer que:

- merecem aprovação o Relatório de Gestão e as Demonstrações financeiras;
- merece aprovação a proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração.

Lisboa, 28 de abril de 2016

O FISCAL ÚNICO

OLIVEIRA, REIS & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

Representada por

Carlos Manuel Grenha, ROC n.º 1266